



PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

# RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL 2015



## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	3
1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DE 2015 .....	8
2. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL .....	8
3. EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO .....	11
3.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO .....	11
3.2. INDICADORES COMUNS E INDICADORES ESPECÍFICOS DO PROGRAMA .....	16
3.3. OBJETIVOS INTERMÉDIOS E METAS DEFINIDOS NO QUADRO DE DESEMPENHO .....	16
3.4. DADOS FINANCEIROS .....	16
4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES .....	17
5. INFORMAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO DA INICIATIVA EMPREGO JOVEM (IEJ) .....	19
6. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS .....	20
6.a) QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS .....	20
6.b) AVALIAR SE OS PROGRESSOS REALIZADOS SÃO SUFICIENTES PARA ATINGIR AS METAS FIXADAS, INDICANDO AS MEDIDAS CORRETIVAS EVENTUALMENTE TOMADAS OU PREVISTAS ....	22
7. RESUMO PARA OS CIDADÃOS .....	24
8. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	24
9. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES <i>EX ANTE</i> , caso essas condicionalidades não estejam cumpridas aquando da aprovação do PO .....	24
10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS .....	24

## ÍNDICE DE ANEXOS<sup>1</sup>

[Quadro 1 - Indicadores de resultado para o FEDER \(por eixo prioritário\)](#)

[Quadro 3A - Indicadores de realização comuns e específicos dos programas para o FEDER](#)

[Quadro 6 - Informações financeiras a nível do programa e do eixo prioritário](#)

[Quadro 7 - Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção,  
para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão](#)

[Anexo I - Resumo para os cidadãos do relatório anual de execução](#)

[Anexo II - Relatório sobre a aplicação de instrumentos financeiros](#)

<sup>1</sup> Apenas são disponibilizados os Quadros e Anexos que apresentam informação para o ano a que respeita este Relatório.



## INTRODUÇÃO

### . Enquadramento

Os Estados membros devem apresentar à Comissão Europeia um relatório anual sobre a execução de cada Programa Operacional no exercício financeiro anterior, com exceção do relatório apresentado em 2016 que abrange os exercícios financeiros de 2014 e 2015.

Assim, em cumprimento do disposto no artigo 50.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, a Autoridade de Gestão apresenta o primeiro relatório de execução anual do Programa NORTE 2020.

O modelo de Relatório agora apresentado foi elaborado de acordo com o Anexo V do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/207 da Comissão, de 20 de janeiro, seguindo as orientações da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (Agência, IP). O modelo prescrito contempla especificações técnicas que visam estabelecer uma matriz comum para prestação de informação, de modo a garantir a coerência e comparabilidade entre os diferentes Programas Operacionais.

Mais incisivo e sintético que os elaborados no passado, não comporta a inclusão de elementos de enquadramento e contextualização. Assim, apresenta-se de seguida uma breve apresentação do Programa que, não integrando o corpo do Relatório a submeter para aprovação formal do Comité de Acompanhamento e, posteriormente, da Comissão Europeia, poderá ser útil para uma melhor compreensão desta prestação de contas por todos os destinatários.

### . Breve apresentação do Programa NORTE 2020

O NORTE 2020 enquadra-se no Acordo de Parceria, designado “PORTUGAL 2020”. Adotado entre Portugal e a Comissão Europeia (CE), o Acordo define os princípios de programação que cumprem a política de desenvolvimento económico, social e territorial a promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

A programação e a implementação do Portugal 2020 organizam-se em quatro domínios temáticos: (i) Competitividade e Internacionalização; (ii) Inclusão Social e Emprego; (iii) Capital Humano; (iv) Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. Consideram, ainda, os domínios transversais relativos à reforma da Administração Pública e à territorialização das intervenções. Estes princípios de programação

e os Objetivos Temáticos do Portugal 2020 estão alinhados com as prioridades da Estratégia Europa 2020 relativas ao crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

A construção do NORTE 2020 teve ainda em conta a Estratégia de Investigação e Inovação de Portugal para uma Especialização Inteligente nas suas componentes nacional e, de modo especial, regional: a Estratégia da Região do Norte de Especialização Inteligente (RIS3). A estratégia que enforma o Programa resulta ainda do diagnóstico prospetivo dinamizado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), com o apoio do Conselho Regional, e pretende corporizar a visão daí resultante.

O NORTE 2020 assume-se como um importante contributo para a estratégia de desenvolvimento regional, assente numa dupla trajetória de convergência face à média europeia e nacional. Atendendo ao paradigma da política de coesão para a Europa, que canaliza a maioria dos fundos para as regiões menos desenvolvidas, a dotação do NORTE 2020, de cerca de 3,4 mil milhões de Euros, é a mais relevante dos PO regionais.

A este envelope financeiro acrescem os demais PO temáticos e outros instrumentos financeiros de que o NORTE é beneficiário, designadamente, no âmbito da Iniciativa de Emprego Jovem, contribuindo para a concretização da visão da estratégia de desenvolvimento regional prevista no NORTE 2020.

O NORTE 2020 organiza-se em nove Eixos Prioritários (EP), a que se junta um Eixo para a assistência técnica e financeira à implementação do Programa, sendo o seu orçamento sintetizado no quadro que se segue:

Tabela 1 - Orçamento Financeiro do NORTE 2020, por Eixo Prioritário e Fundo

Eixo prioritário (EP)	Apoio da União	FEDER	FSE
EP 1: Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	402 800 510	402 800 510	
EP 2: Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	1 262 318 221	1 262 318 221	
EP 3: Economia de Baixo Teor de Carbono	158 521 762	158 521 762	
EP 4: Qualidade Ambiental	161 286 915	161 286 915	
EP 5: Desenvolvimento Urbano	384 754 583	384 754 583	
EP 6: Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	195 317 104	57 529 474	137 787 630
EP 7: Inclusão Social e Pobreza	217 826 279	79 861 737	137 964 542
EP 8: Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	435 824 885	172 748 474	263 076 411
EP 9: Capacitação Institucional e TIC	76 385 472	32 247 872	44 137 600
EP 10: Assistência Técnica	83 735 000	83 735 000	
<b>Total PO</b>	<b>3 378 770 731</b>	<b>2 795 804 548</b>	<b>582 966 183</b>

O quadro seguinte permite identificar a estrutura do Programa, de forma sucinta.

Tabela 2 – Eixos Prioritários, Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento do NORTE 2020

Eixo prioritário/ Objetivo temático / Prioridade de Investimento <sup>2</sup>
<b>EP1 - Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação</b>
OT1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
P1 1.1/1a - O reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu
PI 1.2/1b - A promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior

<sup>2</sup> A designação das Prioridades de Investimento é apresentada de forma abreviada. A sua numeração considera os códigos constantes do Acordo de Parceria e dos Regulamentos Específicos (ex.: 1.1) e do texto do Programa aprovado pela CE (1.a)

Eixo prioritário/ Objetivo temático / Prioridade de Investimento <sup>2</sup>
<b>EP2 - Competitividade das Pequenas e Médias Empresas</b>
OT3 - Reforçar a competitividade das PME
PI 3.1/3a - A promoção do espírito empresarial
PI 3.2/3b - O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização
PI 3.3/3c - A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços
<b>EP3 - Economia de Baixo Teor de Carbono</b>
OT4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
PI 4.2/4b - A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas
PI 4.3/4c - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação
PI 4.5/4e - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação
<b>EP4 - Qualidade Ambiental</b>
OT6 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
PI 6.3/6c - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural
PI 6.5/6e - A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
<b>EP5 - Desenvolvimento Urbano</b>
OT4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
PI 4.5/4e - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação
OT6 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
PI 6.5/6e - A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação
PI 9.8/9b - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais
<b>EP6 - Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores</b>
OT8: Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
PI 8.1/8i - Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores
PI 8.3/8iii - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro e PME inovadoras
PI 8.5/8v - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança
PI 8.8/8a - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas
PI 8.9/8b - A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas
<b>EP7 - Inclusão Social e Pobreza</b>
OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação
PI 9.1/9i - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade
PI 9.6/9vi - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária
PI 9.7/9a - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais
PI 9.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária
<b>EP8 - Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida</b>
OT10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida
PI 10.1/10i- Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação
PI 10.2/10ii - Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo
PI 10.4/10iv - Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho
PI 10.5/10a - Investimentos na educação, na formação e na formação profissional através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativa

Eixo prioritário/ Objetivo temático / Prioridade de Investimento <sup>2</sup>
<b>EP9 - Capacitação Institucional e TIC</b>
OT11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública
PI 11.1/11i - Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local
PI 11.2/11ii - Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais
OT2 - Melhorar o acesso às TIC
PI 2.3/2c - O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha
<b>EP10 - Assistência Técnica</b>
N/A

Na linha do reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020, o modelo de governação do Portugal 2020 prevê um conjunto de Abordagens Territoriais Integradas (ATI), enquadradas por Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial. Estas estratégias são definidas ao nível de NUTS III, ou agrupamento de NUTS III contíguas, e são dinamizadas pelas comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas, em articulação com os restantes atores relevantes para os processos integrados de desenvolvimento regional ou local. Entre essas intervenções encontram-se:

- Os Investimentos Territoriais Integrados (ITI), materializados através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), dinamizados pelas comunidades intermunicipais e pela Área Metropolitana do Porto (AMP) e que mobilizam apoios FEDER e FSE associados às PI 2.3, 4.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.7, 10.1 e 10.5;

- O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), materializado em Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), dinamizados por Grupos de Ação Local (GAL) e que mobilizam apoios FEDER e FSE associados às PI 9.6 e 9.10;

- As Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS), enquadradas por Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PEDUS) associados aos centros urbanos de nível superior previstos no NORTE 2020. Estes PEDUS articulam vários instrumentos de programação, em função das áreas de intervenção que sejam mobilizadas em cada caso: (i) o Plano de ação de mobilidade urbana sustentável (PAMUS), definido ao nível de NUTS III; (ii) o Plano de ação para a regeneração urbana (PARU); (iii) o Plano de ação integrado para as comunidades desfavorecidas (PAICD). As AIDUS serão dinamizadas pelas correspondentes Autoridades Urbanas (Municípios), são apoiadas pelo FEDER, no âmbito das PI 4.5/4e, 6.5/6e e 9.8/9b.

O NORTE 2020 prevê o recurso a instrumentos financeiros nas seguintes áreas:

Tabela 3 – Instrumentos Financeiros mobilizados pelo NORTE 2020

Domínio	Eixo Prioritário	Fundo	Prioridade de Investimento	Dotação Indicativa
Apoio Direto às Empresas	EP 2	FEDER	3.2 - Novos modelos empresariais para as PME 3.3 - Capacidades avançadas)	730 000 000,00
Eficiência Energética	EP 3	FEDER	4.2 - Eficiência energética nas empresas 4.3 - Eficiência energética nas infraestruturas públicas	48 973 396,00
Regeneração e revitalização física, económica e social em zonas urbanas	EP 4	FEDER	6.5 - Ambiente urbano	2 500 000,00
	EP 5	FEDER	6.5 - Ambiente urbano 9.8 - Regeneração de comunidades desfavorecidas	70 000 000,00
Microempreendedorismo e criação do próprio emprego	EP 6	FSE FEDER	8.3 - Criação de emprego 8.8 - Viveiros de empresas	14 719 027,00



Por último, refira-se que, até esta data, a AG delegou competências de gestão nos seguintes Organismos Intermédios:

Tabela 4 – Organismos Intermédios do NORTE 2020 por Eixo Prioritário e Prioridade de Investimento

Organismo Intermédio	Apoio/Incentivo ao Investimento	Prioridade de Investimento /Tipologia de Projeto (designação abreviada)	EP	PI
IAPMEI	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico Empresarial	Projetos de I&DT (empresas individuais)	1	1.2
		Proteção de direitos de propriedade industrial (individual)	1	1.2
		Vales I&D	1	1.2
	Qualificação e Internacionalização das PME	Qualificação de PME, exceto projetos da área do Turismo	1	3.3
		Vale Inovação, exceto projetos da área do Turismo	2	3.3
	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação Produtiva, exceto da área do Turismo e AICEP, PME	2	3.3
		Inovação Produtiva, exceto da área do Turismo e AICEP, não PME	1	1.2
		Empreendedorismo qualificado, exceto da área do Turismo	2	3.1
		Vale Empreendedorismo, exceto da área do Turismo	2	3.1
AICEP	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	Regime contratual de investimento	1	1.2
	Qualificação e Internacionalização das PME	Internacionalização de PME	2	3.2
		Vale Internacionalização	2	3.2
	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Regime contratual de investimento PME	2	1.2
		Regime contratual de investimento não PME	1	1.2
		Regime Geral	1	1.2
ANI	Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica	Projetos de proteção de direitos de propriedade intelectual (individual e projeto em copromoção)	1	1.1
		Projetos de internacionalização de I&D		1.1
	Sistema de incentivos às empresas – Investigação e desenvolvimento tecnológico	Projetos de I&D em copromoção		1.2
		Projetos demonstradores		1.2
		Programas mobilizadores		1.2
		Projetos de proteção de direitos de propriedade intelectual e industrial (em copromoção)		1.2
		Núcleos de I&D (projeto em copromoção)		1.2
		Projetos de internacionalização de I&D		1.2
				1.2
TP	Qualificação e Internacionalização das PME	Qualificação de PME – Projetos do Turismo	2	3.3
		Vales Inovação – Projetos do Turismo	2	3.3
	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação Produtiva – Projetos do Turismo PME	2	3.3
		Inovação Produtiva – Projetos do Turismo não PME	1	1.2
		Empreendedorismo Qualificado – Projetos do Turismo	2	3.1
		Vales Empreendedorismo – Projetos do Turismo	2	3.1
AMP CIM Alto Minho CIM Alto Tâmega CIM Ave CIM Cávado CIM Douro CIM Tâmega e Sousa CIM Terras de Trás-os-Montes		O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	9	2.3
		Eficiência energética, gestão inteligente da energia e utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas e no setor da habitação	3	4.3
		Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas	6	8.3
		Viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	6	8.8
		Inclusão ativa	7	9.1
		Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais	7	9.7
		Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso ao ensino e formação	8	10.1
		Investimentos na educação, na formação e na formação profissional (infraestruturas educativas e formativa)	8	10.5



## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DE 2015

CCI	2014PT16M2OP001
Título	Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020
Versão	2015.0
Ano do relatório	2015
Data de aprovação do relatório pelo Comité de Acompanhamento	18/05/2016

## 2. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

### ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O Programa Operacional foi aprovado por decisão da Comissão Europeia de 18/12/2014.

Em 2015 deu-se, assim, início ao NORTE 2020, com uma intensa atividade de coordenação política e técnica, de estabilização do enquadramento regulamentar/normativo e dos instrumentos de apoio à gestão, bem como de organização da Autoridade de Gestão (AG) e dos Organismos Intermédios (OI). Salienta-se as seguintes atividades:

- Descrição do Sistema de Gestão e Controlo da AG;
- Constituição e início do funcionamento do Comité de Acompanhamento;
- Preparação da delegação de competências nos OI do Sistema de Incentivos e das ITI – Investimentos Territoriais Integrados, DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária e AIDUS – Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável;
- Aprovação da Estratégia Antifraude e do Código de Conduta da AG;
- Aprovação das principais normas de gestão
- Preparação do Manual de Procedimentos e de ferramentas de análise;
- Aprovação do Plano de Avaliação do NORTE 2020;
- Aprovação da Estratégia de Comunicação do PO;



- Aprovação dos critérios de seleção das operações;
- Planeamento e programação das Abordagens Territoriais Integradas (ITI, DLBC e AIDUS);
- Desenvolvimento e adaptação dos sistemas de informação.

Até ao final de 2015, foram abertos 50 Avisos para financiamento de operações, 27 do Sistema de Incentivos, 2 de Instrumentos Financeiros (IF) e 21 para financiamento de operações públicas ou equiparadas (10 do Sistema de Apoio a Ações Coletivas, 3 do Sistema de Apoio à Investigação Científica, 2 de Apoio à Contratação de RH Altamente Qualificados, 2 de Assistência Técnica e 4 outros para apoio a Programas Doutorais, aos Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, à Pré-qualificação de Operações de Acolhimento Empresarial e para projetos piloto no âmbito da Estratégia para a Reorganização dos Serviços de Atendimento da Administração Pública).

Neste âmbito, registe-se que apenas foi possível lançar 3 avisos específicos FSE e incluir uma vertente FSE complementar em avisos para projetos de investimento do Sistema de Incentivos (PI 8.5).

No conjunto destes avisos, foram submetidas 5206 candidaturas.

A estes acrescem os 7 avisos relativos a estratégias e planos/programas enquadadores:

- Reconhecimento das estratégias NUTS III (EIDT);
- Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT);
- DLBC - Estratégias Para o Desenvolvimento Local (EDL) - 1ª fase;
- DLBC: 2ª fase – Seleção das EDL e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL)
- PROVERE - 1ª fase (Autoavaliação das Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE no QREN).
- PROVERE - 2ª fase (Reconhecimento formal das EEC PROVERE 2014-2020).
- Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

Foram ainda concluídas as avaliações *ex ante* dos quatro IF abrangidos pelo PO, bem como aprovadas as estratégias de investimento e os critérios de seleção dos IF de apoio direto às empresas e do IFRRU (Regeneração e revitalização física, económica e social em zonas urbanas).

## COMPROMISSOS E EXECUÇÃO GLOBAL

Neste primeiro ano, foi iniciada a aprovação de operações FEDER, registando-se a 31/12/2015 um montante de Fundo aprovado de 212.487.680 €, o que representa uma taxa de compromisso de 25% face ao programado para o período (6,3% da dotação global).

As 1.031 candidaturas aprovadas respeitam sobretudo ao sistema de incentivos às empresas (Eixos Prioritários 1 e 2), registando-se ainda aprovações de PAMUS (Eixo 3), de assistência técnica (Eixo 10). Refira-se, ainda, a aprovação de 2 operações relativas aos fundos de fundos para implementação de IF (i) de capital e quase capital, no valor FEDER de 45M€ e (ii) de dívida/garantia, de 25 M€ (Eixo 2).

A 31/12/2015 o PO não registava ainda execução, situação ultrapassada no início de 2016 (a 30/04/2016 verifica-se uma taxa de execução de 0,4%).

Ainda que não associado a operações aprovadas, o volume de compromisso abrangido pela contratualização das Abordagens Territoriais Integradas (ATI) correspondia já a cerca de 27% da programação financeira do NORTE 2020:

- 491 M€ dos PDCT aprovados;
- 48 M€ das DLBC aprovadas;
- 384 M€ dos PEDU.

## ANÁLISE DOS PROGRESSOS REGISTADOS

Como corolário das condicionantes identificadas no ponto 6, regista-se algum atraso no arranque da maioria dos Eixos, tal como ilustram os dados dos quadros anexos a este relatório.

Ainda que os dados disponíveis não constituam uma base sólida para uma análise dos progressos e desvios registados, realça-se alguns indicadores associados às tipologias já dinamizadas, em especial, de entre os do quadro de desempenho:

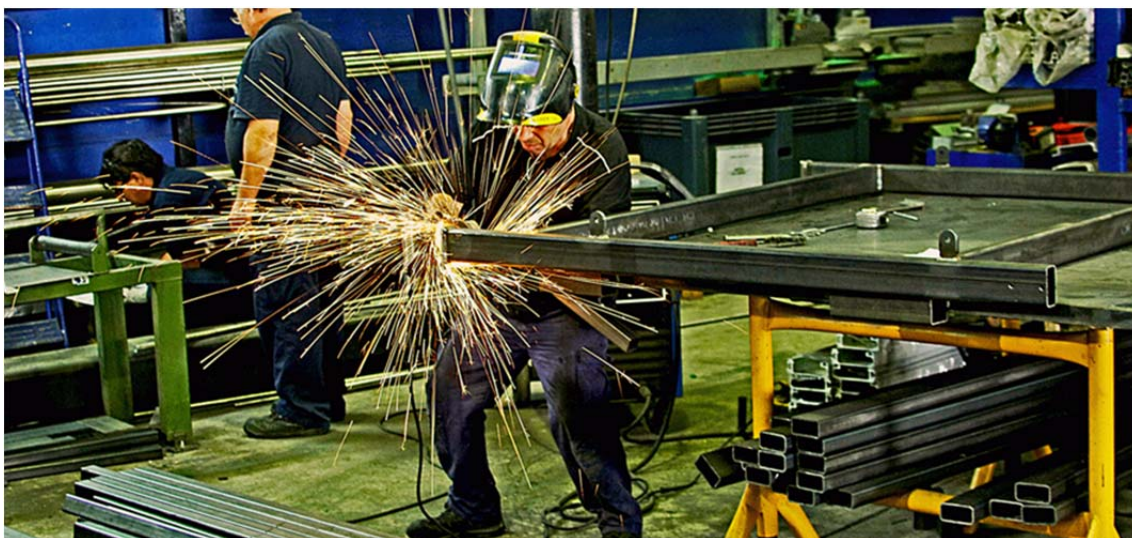
- eleva-se a 804 o n.º de empresas que receberam subvenções (Ind. CO02, excluindo duplicações), abrangendo um n.º significativo de empresas beneficiárias de “vales simplificados”;
- deverá ser acompanhada a execução do Eixo 1, com menor procura, em especial no que respeita o apoio à Inovação Produtiva nas Não PME (Ind. CO28);
- vários indicadores de realização das PI 3.1 e 3.2 apresentam valores muito próximos ou superiores às metas, sendo, contudo, valores indicativos (postos de trabalho estimados pelos beneficiários).

Encerrado o ON.2, cumpridas algumas das condições necessárias e assumidos já elevados compromissos no âmbito das ATI, prevê-se que em 2016 se atinja níveis de compromisso e execução compatíveis com as metas definidas. A título ilustrativo, prevê-se a abertura de avisos das tipologias do domínio “Capital Humano” até meados de junho de 2016.

#### **SÍNTESE DOS PROBLEMAS ENCONTRADOS E DAS MEDIDAS TOMADAS**

Como principais problemas e medidas tomadas (ver também ponto 6), sinaliza-se:

- (i) A necessidade de assegurar vários requisitos prévios ao lançamento de avisos e/ou à seleção de operações, e.g., os mapeamentos e os instrumentos de planeamento/programação subjacentes às ATI (ITI, DLBC e AIDUS). A AG procurou criar condições para agilizar os processos de avaliação e negociação. Foi possível ultimar 3 dos mapeamentos, aprovar as 8 EIDT e 5 dos seus PDCT, bem como proceder à avaliação dos 29 PEDU, selecionar as Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecer os GAL das 21 DLBC (16 Rurais, 2 Costeiras e 3 Urbanas).
- (ii) Inconsistências entre o texto programático e os Regulamentos Específicos (RE) – A AG apresentou à ADC propostas de revisão de alguns RE e, ao Comité de Acompanhamento, de ajustamentos ao texto do PO, tendo sido aprovada uma retificação/correção técnica dos beneficiários do “Programa +Superior”.
- (iii) Alguns atrasos e dificuldades na operacionalização dos sistemas de informação – A AG adotou algumas soluções de contingência, colaborou com a AD&C e procurou agilizar o concurso público internacional que permitirá assegurar a manutenção e aperfeiçoamento do SI NORTE2020.
- (iv) A sobreposição do arranque do NORTE 2020 com o encerramento do ON.2 e o deficit de RH – Foi efetuado um ajustamento das unidades orgânicas da AG, iniciado o recrutamento e feitas diligências junto da tutela, no sentido de assegurar a afetação de alguns técnicos já com experiência na gestão do QREN.



### 3. EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO

#### 3.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO

<b>ID do Eixo Prioritário</b>	1
<b>Eixo Prioritário</b>	Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
<p>Neste Eixo, foram lançados 18 avisos de concurso/convites, a que foram apresentadas 467 candidaturas, das quais já aprovadas 77.</p> <p>No que respeita à PI 1.1., em 2015 foram dinamizados 3 concursos (“Projetos Estruturados de I&amp;D&amp;I”; Internacionalização de I&amp;D; Proteção de Direitos da Propriedade Industrial), totalizando, respetivamente, 36, 5 e 16 candidaturas, sem qualquer aprovação.</p> <p>No final de 2015 encontravam-se já operacionalizadas medidas do Sistema de Incentivos (PI 1.2.). O NORTE 2020 integrou em 2015 um conjunto de 15 concursos relativos a I&amp;D Empresarial e Inovação Produtiva nas Não PME (incluindo concurso do regime contratual de investimento, aberto em contínuo), que perfazem uma oferta de FEDER de 61,5 M€.</p> <p>No âmbito destes concursos, contavam-se já 77 projetos aprovados que totalizavam um compromisso de cerca de 6,3 M€ de FEDER. Destes, 82% (cerca de 6,1 M€) dispunham já de termo de aceitação. As primeiras ordens de pagamento no âmbito destas operações registaram-se já em janeiro de 2016.</p> <p>É aqui de salientar a procura pela tipologia de projetos simplificados “Vales I&amp;D”, com uma expressão de 65 candidaturas nas referidas aprovações.</p> <p>No final de 2015, a taxa de compromisso global deste EP era de 2%.</p> <p>Entre as dificuldades, salienta-se a limitação de RH decorrente da sobreposição com o encerramento do QREN. A implementação de um balcão único de acesso, a articulação entre diferentes SI e as novas funcionalidades causaram alguma dificuldade de compreensão inicial aos promotores, que tem vindo a ser colmatada com sucessivas melhorias e maior proximidade com os interfaces.</p>	

<b>ID do Eixo Prioritário</b>	2
<b>Eixo Prioritário</b>	Competitividade das Pequenas e Médias Empresas
<p>No âmbito do EP 2, foram dinamizados 25 avisos de concurso/convites, a que foram submetidas 4.658 candidaturas, das quais já aprovadas 943.</p> <p>No que respeita ao SI, a oferta FEDER dos 16 concursos lançados em 2015 cifrou-se em 25,5 M€ na PI 3.1 (4 concursos), 38,3 M€ na PI 3.2 (4 concursos) e 111,5 M€ na PI 3.3 (8 concursos). Estes Avisos incluíram oferta FSE de 6,5 M€ da PI 8.5 (Eixo 6), complementar dos projetos de investimento. Neste âmbito, atingiu-se um compromisso FEDER de 134,2 M€ (943 candidaturas aprovadas, das quais 820 já com TA). Salienta-se a expressiva dinâmica da PI 3.3 (60% do compromisso). Com uma procura muito significativa, embora com candidaturas de menor dimensão média, destaca-se também as medidas de internacionalização (PI 3.2) com 46,6 M€ do fundo. Os primeiros pagamentos ocorreram em janeiro de 2016, não se registando execução em 2015.</p> <p>Foram dinamizados 2 convites destinados a criar os fundos de fundos para implementação de IF (i) de capital e quase capital, no valor FEDER de 45M€ e (ii) de dívida/garantia, tendo sido aprovadas e contratadas 2 candidaturas (PI 3.3).</p> <p>No que respeita a operações públicas, foram lançados 10 concursos do SAAC, com 121 candidaturas, cujas aprovações apenas se iniciaram em 2016. Foi ainda aberto um concurso de Pré-Qualificação a Operações de Acolhimento Empresarial.</p> <p>No final de 2015, a taxa de compromisso deste EP era de 16%.</p> <p>As dificuldades registadas neste Eixo são as já identificadas no EP1.</p>	

<b>ID do Eixo Prioritário</b>	3
<b>Eixo Prioritário</b>	Economia de Baixo Teor de Carbono
<p>No EP 3, foi apenas aberto um aviso, tendo sido aprovadas as 8 candidaturas apresentadas.</p> <p>No âmbito das PI 4.2 e 4.3, não foram abertos avisos de concurso, devido a atrasos no cumprimento de algumas condicionantes “<i>ex ante</i>”. Regista-se, por exemplo, que apenas no final do ano foi possível concluir e aprovar a “Avaliação <i>Ex Ante</i> dos Instrumentos Financeiros para a Eficiência Energética e Gestão Eficiente das Águas e dos Resíduos”.</p> <p>No que se refere à PI 4.5 - Mobilidade urbana sustentável, até final de 2015, também não se registou execução. Contudo, foi aberto o Aviso NORTE-06-2015-09 - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável definido ao nível de NUTS III. O concurso destinava-se a apoiar a elaboração dos PAMUS, um dos instrumentos de programação prévios à conceção dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano – PEDU (cf. Eixo 5) e à apresentação de operações neles integradas. Neste contexto, foram apresentadas, aprovadas e contratadas 8 candidaturas, promovidas pelas CIM/AMP, com um investimento total de 1.1 M€ (0,9M€ FEDER).</p> <p>No final de 2015, a taxa de compromisso do EP 3 era de 1%.</p> <p>Para além da já referida limitação de RH, a necessidade de aguardar pelo cumprimento de algumas condicionalidades <i>ex ante</i> relativas à eficiência energética e de requisitos prévios exigidos aos ITI/PDCT e AIDUS/PEDU condicionou o arranque deste EP. A AG procurou criar condições para agilizar os processos de avaliação e negociação e procedeu a ajustamentos temporários das unidades orgânicas.</p>	

<b>ID do Eixo Prioritário</b>	4
<b>Eixo Prioritário</b>	Qualidade Ambiental
<p>No quadro do EP 4 não foram lançados quaisquer avisos até ao final de 2015.</p> <p>No âmbito da PI 6.3, foi necessário proceder ao mapeamento das necessidades de intervenção relativas à expansão, remodelação, reabilitação e construção de novas infraestruturas culturais, condição para a aprovação de candidaturas. Este mapeamento foi aprovado pela Comissão Europeia em dezembro de 2015.</p> <p>As operações a implementar no âmbito da PI 6.5 terão de enquadrar-se em planos de ação para a regeneração urbana (PARU) que demonstrem os efeitos em matéria de qualidade ambiental e urbanística e, em geral, no bem-estar social. Estes planos constituem instrumentos de programação prévios à definição dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano – PEDU (cf. Eixo Prioritário 5). Acresce ainda que parte das intervenções é passível de ser financiada através de Instrumentos Financeiros para a Regeneração e Revitalização Física, Económica e Social em Zonas Urbanas (IFRRU), cuja avaliação “<i>ex ante</i>” apenas foi concluída e aprovada no final de 2015, pelo que apenas já em 2016 foi lançado o convite para financiamento da entidade gestora deste fundo.</p> <p>Tendo em conta estes condicionalismos, no âmbito deste Eixo, não foram abertos avisos de concurso, pelo que, durante os exercícios de 2014 e 2015, não se registou execução.</p>	

<b>ID do Eixo Prioritário</b>	5
<b>Eixo Prioritário</b>	Sistema Urbano
<p>Também no âmbito do EP 5 não foi possível lançar quaisquer avisos até ao final de 2015.</p> <p>A 19/06/2015 foi aberto o Aviso de Concurso EIDT-99-2015-03 - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Sustentável (PEDU), a que foram submetidas 29 candidaturas dos centros urbanos de nível superior previstos no PO. Considerando que os PEDU contemplam projetos no âmbito das três PI, foi posta a concurso a totalidade da dotação FEDER programada para cada PI acima identificada. Tratando-se de Planos Estratégicos, as dotações alocadas não são executadas no âmbito destas candidaturas, devendo ser abertos concursos posteriores, por PI, para a submissão das candidaturas dos projetos integrados nos PEDU aprovados.</p> <p>A aprovação da avaliação “<i>ex ante</i>” do IFRRU no final de 2015 e a complexidade inerente à conceção e avaliação destes planos, bem como ao processo negocial com os municípios, justificam que não tenha sido possível assegurar a aprovação dos PEDU em 2015. Acrescem ainda alguns atrasos decorrentes da preparação e seleção das Estratégias para o Desenvolvimento Local (EDL) das DLBC e do reconhecimento dos seus Grupos de Ação Local (GAL), bem como da aprovação dos critérios de seleção da PI 9.8.</p>	

<b>ID do Eixo Prioritário</b>	6
<b>Eixo Prioritário</b>	Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores
<p>No conjunto do EP 6, foram dinamizados 2 avisos de concurso, a que foram submetidas 9 candidaturas. De salientar que foi incluído financiamento FSE (PI 8.5) em 8 avisos do Sistema de Incentivos, já referenciados no EP2. Em qualquer dos casos, não se registam aprovações até 31/12/2016.</p> <p>Por orientação da tutela, não foram lançados avisos das PI 8.3 e 8.8, para melhor ponderação e reavaliação de prioridades. Acresce que a avaliação <i>ex ante</i> dos IF associados apenas foi aprovada no final de 2015 e, nessa data,</p>	

não se havia ainda concluído o mapeamento prévio das infraestruturas de incubação/viveiros de empresas.

No âmbito da PI 8.5, foi incluída uma oferta de FSE de 6,5 M€ complementar dos projetos de investimento do SI (PI 3.1, 3.2 e 3.3) e lançados dois outros avisos para apoiar a “Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados”, estes últimos, com alguns problemas de procura.

Deve ainda salientar-se que o arranque deste EP foi também condicionado pela necessidade de se concluir o processo de contratualização com as CIM/AMP (PDCT) e que as verbas afetas à PI 8.1 - Acesso ao emprego (FSE), relativas a ações complementares ao Plano Garantia Jovem, apenas serão mobilizáveis pelos PO regionais após 2016.

No que respeita à PI 8.9, a AG lançou um aviso destinado à avaliação das Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE do QREN e o concurso para reconhecimento formal das EEC PROVERE 2014-2020 e respetivos Programas de Ação, encerrado já em 2016.

<b>ID do Eixo Prioritário</b>	7
<b>Eixo Prioritário</b>	Inclusão Social e Pobreza
<p>No âmbito do EP 7 não foi possível lançar quaisquer avisos até ao final de 2015, não se registando por isso quaisquer aprovações ou execução.</p> <p>No que se respeita à PI 9.1 refira-se que não foi possível à ADC disponibilizar no SIIFSE o formulário da tipologia CEI e CEI+, sendo que apenas no início de 2016 foi aprovada pela CIC a metodologia de custos simplificados a aplicar a esta tipologia. Em articulação com a Rede de Empregabilidade e Economia Social, estão a ser definidas a estratégia e as fronteiras de financiamento e realizaram-se várias ações de divulgação. Contudo, não foi possível lançar qualquer aviso.</p> <p>Até final do ano de 2015, também não foi possível lançar avisos das PI 9.6 e 9.10, dado que não foi concluída a delegação de competências de gestão nos OI das DLBC.</p> <p>No âmbito da PI 9.7, em dezembro de 2015 foi aprovado pela CE o mapeamento das infraestruturas de saúde, razão pela qual apenas foi possível lançar um aviso já em 2016. De acordo com as orientações da tutela setorial, o mapeamento dos equipamentos sociais foi adiado para melhor ponderação, aguardando-se seja ultimado em meados de 2016.</p>	

<b>ID do Eixo Prioritário</b>	8
<b>Eixo Prioritário</b>	Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida
<p>Neste Eixo, foi dinamizado 1 aviso, com 62 candidaturas submetidas, não se tendo concluído o processo de seleção em 2015.</p> <p>A indisponibilidade dos formulários do SIIFSE aplicáveis às tipologias FSE condicionou fortemente a abertura de concursos, apesar de vários avisos terem sido ultimados (Programa + Superior, Cursos TESp e CET, Escolas/Agrupamentos TEIP), no âmbito da Rede de Educação e Qualificação. Foi entretanto apresentado pela AD&amp;C um plano de desenvolvimento do SIIFSE, onde se incluem já as tipologias deste EP, o que permitirá reunir as condições técnicas para o lançamento dos respetivos avisos de abertura de concurso.</p> <p>Iniciada a preparação de um aviso relativo à PI 10.1, foi suspensa por orientação da tutela, para melhor ponderação.</p> <p>Neste contexto, em 2015, não foi possível lançar concursos da PI 10.5, porque algumas tipologias visam complementar intervenções ainda não cobertas por Avisos e uma vez que o mapeamento de infraestruturas de formação e ensino apenas foi aprovado no final do ano. Contudo, foi estabilizado o aviso para financiar</p>	



equipamentos associados a TeSP aprovados e, já em 2016, foi aberto concurso para infraestruturas de formação e ensino.

Assim, apenas foi aberto um aviso para apoio a Programas Doutorais (PI 10.2), com uma procura expressiva (62 candidaturas) mas sem aprovações em 2015.

<b>ID do Eixo Prioritário</b>	9
<b>Eixo Prioritário</b>	Capacitação Institucional e TIC
<p>Neste EP, foi apenas lançado um aviso, a que foi apresentada uma única candidatura, aprovada já em 2016.</p> <p>No que respeita à PI 2.3, foi aberto o aviso de concurso “Programa Aproximar: Estratégia para a Reorganização dos Serviços de Atendimento da Administração Pública (Projetos Piloto)”, encerrado já no final de 2015. A abertura de avisos para apoio a tipologias abrangidas pela contratualização com as CIM e AMP estava condicionada à conclusão desse processo, o que só viria a acontecer no início de 2016.</p> <p>O lançamento de avisos das remanescentes tipologias, direcionadas para os serviços desconcentrados da Administração Central, foi dificultado pelos atrasos no desenvolvimento do SIIFSE, uma vez que se pretende que esta PI possa ser mobilizada conjuntamente com a PI 11.1, o que exige um formulário multifundo ou avisos sequenciais, visando o concurso para a PI 11.1 apoiar promotores com projetos aprovados na PI 2.3.</p> <p>A oferta de avisos da PI 11.2 foi dificultada pelo já referido constrangimento do SIIFSE e pelo atraso da dinamização de outras tipologias do PO a complementar, capacitando os agentes que operam nos domínios da educação, da formação, do emprego e das políticas sociais.</p>	

<b>ID do Eixo Prioritário</b>	10
<b>Eixo Prioritário</b>	Assistência Técnica
<p>As operações enquadradas neste Eixo têm como objetivo capacitar a Autoridade de Gestão para o eficaz desenvolvimento das suas competências em matéria de gestão, acompanhamento, controlo e avaliação do PO, tendo como destinatários a CCDRN, enquanto estrutura de gestão do Programa, bem como outras entidades públicas envolvidas na sua gestão, designadamente, os OI.</p> <p>Globalmente, até final de 2015, foram lançados 2 avisos, no âmbito dos quais foi apresentada e aprovada uma candidatura.</p> <p>Assim, no último trimestre de 2015, e com o objetivo de financiar as despesas de assistência técnica de 2015 e 2016, encontravam-se abertos dois avisos, um dirigido à CCDRN e outro aos OI do sistema de incentivos, com dotações de 15 e 3 M€, respetivamente.</p> <p>A 31/12/2015, encontrava-se submetida e aprovada a candidatura de assistência técnica de 2015 da CCDRN, com um investimento elegível de 1.190.715 € e um FEDER de 1.071.643 €. O aviso destinado aos OI apenas encerrou em 2016.</p> <p>Não são de assinalar dificuldades no arranque deste Eixo.</p> <p>Prevê-se para 2016 o alinhamento das aprovações deste Eixo à sua dotação e aos indicadores programados para o período, face ao pleno funcionamento da maioria das estruturas técnicas envolvidas na gestão do Programa, não esperando a Autoridade de Gestão qualquer desvio significativo que mereça uma especial monitorização.</p>	

### **3.2. INDICADORES COMUNS E INDICADORES ESPECÍFICOS DO PROGRAMA**

Ver Quadros 1 e 3A, em anexo (apenas são disponibilizados os Quadros para os quais existem informação reportada ao período a que respeita o Relatório).

### **3.3. OBJETIVOS INTERMÉDIOS E METAS DEFINIDOS NO QUADRO DE DESEMPENHO**

Quadro 5, não aplicável (a apresentar nos relatórios anuais de execução a partir de 2017).

### **3.4. DADOS FINANCEIROS**

Ver Quadros 6 e 7, em anexo (não aplicáveis neste relatório os Quadros 8 a 11).



#### 4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES

No modelo de governação do Portugal 2020 (PT2020) está prevista a criação e dinamização da Rede de Monitorização e Avaliação, constituída por todas as entidades com competências na governação dos FEEL, nomeadamente, os organismos de coordenação e as AG dos programas, e coordenada pela AD&C. A rede tem como principais objetivos: (i) promover o desenvolvimento de atividades de monitorização e avaliação de modo a garantir a excelência no sistema de monitorização e avaliação e (ii) dinamizar o intercâmbio de experiências entre os membros da rede, a fim de fortalecer a capacidade de monitorização e avaliação de políticas públicas.

Esta rede iniciou a sua atividade em março de 2015, com a discussão das propostas de trabalho sobre o funcionamento da rede, o sistema de monitorização PT2020 e o Plano Global de Avaliação PT2020 (PGA). Durante o ano de 2015 ainda se realizaram mais duas reuniões (23 de abril e 8 de julho), tendo sido possível finalizar a proposta de PGA, aprovada pela CIC em 5 de agosto.

O documento do PGA PT2020 serviu de base à elaboração do “Plano de Avaliação do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020”, submetido à aprovação do Comité de Acompanhamento no final do ano. Neste plano está prevista a realização de 32 estudos de avaliação, entre os quais se destacam a avaliação intercalar do NORTE 2020, as avaliações de implementação dos sistemas de incentivos às empresas e das estratégias de desenvolvimento local de base comunitária, bem como as avaliações de impacto do financiamento (i) nas empresas portuguesas, (ii) nas dinâmicas de transferência do conhecimento ou (iii) na capacitação da administração pública.

Ainda durante o ano de 2014, sob coordenação da AD&C, foi iniciada a preparação dos exercícios de avaliação “*ex ante*” dos instrumentos financeiros (IF) abrangidos no PT2020, tal como previsto no n.º 2 do artigo 37.º do Reg (UE) nº 1303/2013. Uma vez que na programação do PT2020 se prevê o recurso a IF em áreas muito diversas, foram realizados 4 estudos de avaliação nos seguintes domínios: (i) apoios diretos às empresas; (ii) inovação e empreendedorismo social, microempreendedorismo e criação do próprio emprego e os empréstimos a estudantes do ensino superior; (iii) eficiência energética e gestão eficiente da água e dos resíduos e (iv) regeneração e revitalização física, económica e social em zonas urbanas. Estas avaliações concluíram-se no ano de 2015, apresentando-se nos pontos seguintes uma síntese das conclusões de cada um destes estudos, devidamente adaptada às tipologias de intervenção previstas no NORTE 2020.

##### **. Avaliação *Ex Ante* dos Instrumentos Financeiros de Apoio Direto às Empresas (out/2014 a mai/2015)**

Genericamente, a avaliação valida as opções estabelecidas na programação, ou seja, os IF contribuirão para alcançar os objetivos dos programas financiadores, tendo em conta as suas mais-valias, tais como as potencialidades na superação das dificuldades no acesso ao financiamento por parte das empresas, na melhoria das práticas de organização e gestão que proporcionam e no acesso a uma rede de contactos que facilite a inserção em redes de

cooperação e conhecimento de âmbito nacional e internacional. Outra das conclusões deste estudo respeita à confirmação da existência de falhas de mercado e níveis insuficientes de investimento, quer ao nível da disponibilidade/custo de financiamento, quer ao nível de capitalização e oferta de instrumentos de capitalização.

Devido aos “gaps” de financiamento e à natureza diversificada das falhas de mercado identificadas, bem como à ambição subjacente ao PT2020 no que respeita à aceleração das dinâmicas de inovação e internacionalização das empresas, faz sentido implementar um leque alargado de IF que responda às diferentes necessidades de financiamento das empresas.

Face ao “gap” de financiamento estimado e às dotações de fundos disponíveis nos diversos PO do PT2020, considera-se que é adequado o montante proposto de recursos para IF, na ordem dos 1,7 mil M€. Para os IF de dívida propõe-se uma dotação em torno dos 250 M€ para garantias, 30 M€ para a cobertura das comissões de garantia, 200 M€ para bonificação de juros, 200 M€ para empréstimos e 170 M€ para titularização de portfólios de financiamentos de bancos comerciais a PME. No tocante a IF de capitalização, propõe-se uma dotação em torno dos 450 M€ para capital de desenvolvimento, 300 M€ para instrumentos de “*venture capital*” e 100 M€ para financiamento de “*business angels*”. Estas dotações devem ser objeto de acompanhamento permanente, podendo ser ajustadas em função da evolução das condições do mercado de financiamento e da procura dos diversos instrumentos.

Verifica-se, também, uma elevada coerência setorial e territorial dos IF. Por forma a maximizar o sucesso da implementação dos IF previstos é, todavia, pertinente que a estratégia de investimento com foco na dimensão de internacionalização seja tão abrangente quanto possível, que os resultados das Estratégias Regionais de Especialização Inteligente sejam minimamente relativizados em função da qualidade dos projetos e do seu caráter inovador e que se atente nas necessidades particulares das empresas de elevado crescimento, incluindo as “*mid caps*” tecnológicas. Ao nível infrarregional, a dimensão da coesão territorial apela a uma atenção particular a conceder aos espaços de baixa densidade.

**. Avaliação Ex Ante dos Instrumentos Financeiros para a Inovação e Empreendedorismo Social, para o Microempreendedorismo e Criação do Próprio Emprego e para os Empréstimos a Estudantes do Ensino Superior (out/2014 a nov/2015)**

A estimativa da falha de mercado em matéria de IF passa pela estimativa da procura social por estes apoios e pela análise da correspondente resposta assegurada pelos IF. Esta estimativa foi realizada com base numa percentagem considerada credível de redução do desemprego por esta via (pressuposto de 5% de ativação), conhecida que é, em Portugal, a elevada propensão para a redução do desemprego através do crescimento económico e a tendência para que este tipo de políticas ativas de emprego apresente um contributo relativamente residual.

Sobre a estratégia de investimento, salienta-se a elevada indeterminação que apresentam as estratégias regionais de mobilização de IF para a promoção do microempreendedorismo, sem orientações legíveis em termos de apoio à intermediação desses processos multinível e sem contactos visíveis no terreno com a instituição largamente candidata à mobilização destes recursos (o IEFP).

Em conclusão, a coerência regional e temática dos IF será fortemente tributária da operacionalização de formas de apoio para além dos instrumentos Microinvest e Invest+, potenciando o empreendedorismo de proximidade que as entidades intermunicipais podem dinamizar com parcerias locais; no que respeita aos instrumentos IEFP, espera-se que a instituição consiga uma territorialização da sua aplicação em conformidade com a intensidade regional do desemprego.

**. A Avaliação Ex Ante dos Instrumentos Financeiros para a Eficiência Energética e Gestão Eficiente das Águas e dos Resíduos (out/2014 a nov/2015)**

A avaliação confirma a existência de falhas de mercado e de níveis insuficientes de investimento, com diferenciações em termos regionais e setoriais.

A estratégia de investimento apresenta, globalmente, um adequado nível de detalhe, permitindo assegurar um grau de flexibilidade da implementação dos IF, através de um modelo e de uma estrutura de gestão apropriados. Esta análise permite concluir da existência de uma elevada coerência setorial e territorial dos IF a adotar no PT2020. Em termos de estrutura de gestão proposta para a implementação do IF, opta-se pela figura de fundo de fundos,

tipologia de estrutura considerada como a mais adequada para promover uma maior eficiência e uma maior eficácia na gestão global dos IF.

O envolvimento das equipas do sistema financeiro e das empresas de serviços de energia na gestão/sensibilização/capacitação dos diversos atores é decisivo para a realização e sucesso dos investimentos, contribuindo, desta forma, para o alcance dos objetivos e resultados.

A análise dos elementos relevantes sobre as falhas de mercado e sobre o valor acrescentado dos IF, confrontada com a análise dos elementos de base que estão subjacentes à estratégia de investimento, permite concluir que existe uma elevada coerência setorial e territorial dos IF a adotar no PT2020. Os produtos financeiros propostos e os destinatários finais elegíveis estão alinhados com os resultados da análise do valor acrescentado dos IF propostos.

**. Avaliação Ex Ante dos Instrumentos Financeiros para a Regeneração e Revitalização Física, Económica e Social em Zonas Urbanas (out/2014 a set/2015)**

A avaliação conclui que existem níveis insuficientes de investimento, sendo que as falhas de mercado do financiamento dessas intervenções se afiguram como uma das razões mais relevantes.

A estratégia de investimento estabelecida apresenta um adequado nível de detalhe e de flexibilidade. Seria possível aumentar o grau de detalhe da estratégia no que respeita à priorização das várias tipologias e segmentos a apoiar, à mensuração quantitativa das realizações e resultados a alcançar e ainda à clarificação sobre a mobilização dos IF em alguns tipos de operações. A questão da mobilização de IF nas operações em comunidades desfavorecidas deve ser clarificada em sede de definição dos IF, sendo que se considera que a sua mobilização pode fazer sentido em algumas situações particulares. Apesar de estarem previstas intervenções em centros urbanos de nível superior, pode justificar que a intervenção dos IF seja estendida de forma transversal no território, dada a existência de necessidades de investimento também em centros de nível inferior, por um lado, e ao facto de os intermediários financeiros manifestarem a disponibilidade para financiarem, com apoio público, operações relevantes também nesses outros centros.

A análise dos elementos relevantes sobre as falhas de mercado e o valor acrescentado nos IF deste domínio temático, confrontada com a análise dos elementos de base que estão subjacentes à estratégia de investimento, aponta no sentido da existência de uma elevada coerência territorial e temática. Por forma a maximizar o sucesso da implementação dos IF previstos, é pertinente prever a criação de mecanismos de alocação de recursos adicionais em função dos resultados e de mecanismos diferenciados de partilha do risco, conforme a tipologia, segmento e localização do projeto.

## 5. INFORMAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO DA INICIATIVA EMPREGO JOVEM (IEJ)

Não aplicável ao NORTE 2020 neste relatório.



## 6. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS

### 6.a) QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS

#### DINÂMICAS REGIONAIS RELEVANTES PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Desde a fase de programação do Norte 2020 registaram-se várias alterações do contexto socioeconómico que importa assinalar.

A Região do Norte (RN) tem vindo a registar a persistência e/ou o agravamento de dinâmicas de que se destaca o problema do desemprego. Apesar de uma tendência de redução em 2014 e 2015, os valores regionais de desemprego, incluindo os relativos ao desemprego jovem e de longa duração, são ainda elevados face às médias nacionais e europeias.

Por outro lado, realça-se o agravamento das condições financeiras para as empresas, as famílias e as entidades públicas investirem. O financiamento do sistema bancário e financeiro às empresas e às famílias da RN tem vindo a reduzir-se de forma sistemática desde 2011. Paralelamente, o peso do crédito vencido das empresas tem vindo a aumentar. Por outro lado, as dificuldades financeiras sentidas pelos municípios condicionam o nível do investimento público na região.

Estas dinâmicas podem ser limitadoras da execução do programa, por restringirem transversalmente a capacidade de muitos promotores ou potenciais promotores assumirem a realização de despesa inerente à execução dos projetos.

Por fim, sublinhe-se que estas dinâmicas vêm reforçar a pertinência das medidas de política pública previstas no Norte 2020, como instrumentos de reorientação da Região para as metas de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo da estratégia Europa 2020.

#### CONDICIONANTES AO ARRANQUE

. Condicionalidades *ex ante*



De acordo com a informação disponibilizada pela AD&C, todas as 7 condicionalidades *ex ante* gerais se encontravam cumpridas à data de aprovação do Acordo de Parceria. No final de 2015, mantinham-se ainda por cumprir, total ou parcialmente, 9 das 30 condicionalidades temáticas. Refira-se que, no que respeita ao NORTE 2020, apenas constituiu responsabilidade direta da CCDRN a preparação da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3), cumprida à data de aprovação do PO.

#### . Mapeamentos de infraestruturas

A seleção de certas intervenções infraestruturais exige a preparação e aceitação, pela CE, de “mapeamentos” prévios, a saber: (i) incubadoras e aceleradoras de empresas; (ii) infraestruturas de acolhimento empresarial; (iii) infraestruturas culturais; (iv) infraestruturas de saúde; (v) infraestruturas de educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário; (vi) equipamentos de saúde e (vii) equipamentos sociais. Acresce referir ainda que também o apoio às infraestruturas de I&D, entre outros, está condicionado ao Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico.

Até ao final de 2015, foram concluídos os mapeamentos das infraestruturas culturais, de saúde e de educação, cuja aceitação foi comunicada pela CE em carta de 10/12/2015. O exercício relativo aos equipamentos sociais foi adiado por decisão da respetiva tutela, prevendo-se que possa estar concluído em meados de 2016. Estão ainda em preparação os mapeamentos das infraestruturas identificadas em (i) e (ii) supra.

#### . Outras exigências da programação

Em especial no âmbito das ITI, das AIDUS e do DLBC, o apoio a operações depende de uma cadeia de processos prévios de articulação estratégica, planeamento e programação, envolvendo vários EP de um ou mais PO e de vários FEEL, combinando diferentes formas de financiamento e requerendo a participação de diversos parceiros. Estes exercícios exigem um tempo de maturação e de negociação muito significativo, a que acrescem as complexas diligências de constituição das entidades responsáveis e de delegação de competências pelas AG (mais de 60 organismos intermédios, no caso do NORTE 2020).

Face a estas dificuldades, a AG procurou criar condições para agilizar os processos e favorecer a negociação, promovendo reuniões e procurando esclarecer os promotores.

#### . Enquadramento programático, regulamentar e normativo

Foi identificada a necessidade de proceder a algumas retificações nos RE e detetadas algumas inconsistências entre o texto do PO e os RE. Assim, a AG propôs à AD&C a revisão de algumas disposições regulamentares e ao Comité de Acompanhamento alguns ajustamentos ao texto do PO. Neste contexto, foi formalizada uma retificação/correção técnica dos beneficiários da tipologia “Programa + Superior” (PI 10.2), aguardando-se que outras possam ser feitas oportunamente.

Registe-se, ainda, a necessidade de definir e ver aprovadas pela CIC metodologias de custos simplificados a aplicar a algumas tipologias.

#### . Sistemas de informação

Os desenvolvimentos realizados permitiram, de um modo geral, obter as funcionalidades necessárias nos momentos oportunos, ainda que, num ou noutro caso, com recurso a soluções de contingência. Contudo, cumpre salientar alguns constrangimentos:

- SIIFSE: Atraso na disponibilização dos formulários de candidatura das tipologias FSE do PO e do formulário multifundo.

- Balcão 2020: (i) Incompleta integração dos vários sistemas, obrigando os PO à utilização simultânea de vários sistemas de informação; (ii) aumento da rigidez da gestão do sistema e da morosidade das respostas, dada a necessidade de concertar as posições das várias AG; (iii) dificuldade de compreensão pelos beneficiários no que toca aos procedimentos de credenciação e às responsabilidades das entidades envolvidas (ADC, AG, OI); (iv) atrasos nas funcionalidades de notificação e dificuldades na parametrização de avisos de estratégias e planos.

- SI NORTE 2020: morosidade dos procedimentos associados ao lançamento do concurso internacional para manutenção e aperfeiçoamento do SI NORTE2020.

#### **OUTRAS CONDICIONANTES RELACIONADAS COM A GESTÃO E O CONTROLO DO PROGRAMA**

A sobreposição do arranque do NORTE 2020 com encerramento do ON.2 e o *deficit* de recursos humanos daí resultantes constituiu, porventura, o mais forte condicionamento ao arranque do PO. Não obstante o reforço do contingente autorizado, várias circunstâncias resultaram numa insuficiente capacidade instalada. Apesar de iniciado um processo de recrutamento, ainda não foi possível colmatar essa lacuna, dadas as modalidades de recrutamento definidas no PT 2020 e a morosidade dos processos em vigor na Administração Pública.

Neste contexto, a opção de canalizar uma parte muito significativa dos RH envolvidos na gestão para as tarefas de encerramento dificultou o envolvimento dos colaboradores da AG na programação do NORTE 2020, limitando uma mais rápida apropriação. Para obviar esta dificuldade, foram realizadas sessões internas de apresentação do PO e agendada para o início de 2016 uma formação mais aprofundada.

Merece ainda destaque a exigência do processo de designação da AG e da delegação de competências nos vários OI.

Por último, refira-se as implicações da exigência de harmonização e articulação entre PO (por ex.: definição dos critérios de seleção; planificação e preparação de avisos), tendo-se potenciado a articulação em sede das Redes Temáticas e de reuniões conjuntas dos Comitês de Acompanhamento dos vários PO.

#### **6.b) AVALIAR SE OS PROGRESSOS REALIZADOS SÃO SUFICIENTES PARA ATINGIR AS METAS FIXADAS, INDICANDO AS MEDIDAS CORRETIVAS EVENTUALMENTE TOMADAS OU PREVISTAS**

Como se refere no ponto 2, os níveis de compromisso e execução são ainda incipientes, não sendo possível fazer inferências fundadas nos dados de realização até agora registados.

Globalmente, pode dizer-se que, atentas as exigências do QEC 2020e as condicionantes identificadas no ponto 6, se confirma algum otimismo na dotação financeira afeta ao ano de arranque. Este facto poderá não se revelar um obstáculo significativo, caso se assegurem condições para uma rápida recuperação e para o cumprimento das metas intermédias a atingir até 2018.

De qualquer modo, poderá ser oportuno, desde já, assinalar alguns aspetos que deverão ser ponderados.

Antes de mais, importa agilizar a oferta de avisos nas tipologias ainda não mobilizadas, desiderato visado pela última revisão do Plano Anual de Avisos.

Embora com uma base limitada, poderá ser útil tecer também algumas considerações sobre as aprovações já iniciadas.

Alguns indicadores associados aos projetos aprovados sugerem um certo desajustamento, por excesso, face às metas fixadas.

No caso dos indicadores de emprego, deverá ter-se em conta que os valores reportados são indicativos. Referindo-se ao “aumento de postos de trabalho” estimado pelos promotores em sede de candidatura (variação identificada entre o número de postos de trabalho no pré projeto e o projetado para o pós projeto), estes dados tendem a ser inflacionados, registando-se quebras em sede de encerramento.

Acresce que as metas fixadas na programação atenderam a valores médios de dimensão de empresas e de taxas de cofinanciamento superiores às que se registam até agora, designadamente porque entre os projetos aprovados se inclui um número muito significativo de “vales simplificados”. Revela-se assim importante harmonizar a metainformação dos indicadores, clarificando se os projetos de vales simplificados devem ou não ser contabilizados

no seu apuramento.

No que respeita ao EP 1 e, em geral, às tipologias em que está em causa transferência de conhecimento para as empresas (ex: integração de RH altamente qualificados nas empresas), há alguns indícios de problemas de procura, podendo vir a manifestar-se alguma dificuldade de cumprimento dos objetivos visados. Merece referência particular o apoio à Inovação Produtiva nas Não PME (Ind. CO28 – “Investigação, Inovação: Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado”), em que apenas foi possível aprovar 3 candidaturas. Tendo presente a alocação entre PO prevista no RE aplicável e as regras de acesso aí definidas, os investimentos de inovação produtiva nas grandes empresas, em regra, de maior dimensão, tenderão a ser canalizados para o COMPETE, uma vez que no NORTE 2020 apenas são elegíveis os projetos com investimento igual ou inferior a 3 M€.

Por outro lado, em algumas outras tipologias, poderá revelar-se necessário não alinhar a oferta pela procura (ex.: PI 3.1 e 3.3).

De modo a canalizar os recursos para atingir as metas fixadas no quadro de desempenho, importa reforçar os processos de monitorização e regulação, assegurando:

- a clarificação dos conceitos e metodologia de recolha e tratamento dos indicadores, em especial, os que integram o quadro de desempenho;
- a ponderação dos resultados da monitorização regular na abertura dos avisos;
- a divulgação dos apoios e mobilização dos potenciais beneficiários;
- a identificação dos fatores que limitam a procura e eventual revisão das regras de acesso e características do apoio, por alterações/retificações dos RE ou do próprio PO.



## 7. RESUMO PARA OS CIDADÃOS

---

Ver Anexo I.

## 8. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

---

Ver Anexo II a este relatório. Salienta-se que este é ainda provisório, uma vez que, de acordo com informação transmitida pela AD&C, a Comissão Europeia apenas prevê facultar o modelo definitivo a 16 de maio.

A 31/12/2015 apenas haviam sido aprovadas as operações que financiam os fundos de fundos relativos aos instrumentos financeiros dirigidos às empresas. Neste sentido, e não obstante os Acordos de Financiamento correspondentes apenas terem sido celebrados a 01/03/2016, inclui-se no Anexo II informação sobre os fundo de fundos de “Capital / Quase Capital” e de “Dívida / Garantia”.

Não se tendo registado em 2015 quaisquer compromissos, não são incluídos no Anexo II dados relativos aos restantes instrumentos financeiros (reabilitação e revitalização urbanas; energia; inovação e empreendedorismo social).

## 9. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES *EX ANTE*, caso essas condicionalidades não estejam cumpridas aquando da aprovação do PO

---

Facultativo. Informação a disponibilizar pela AD&C.

## 10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS

---

Não aplicável ao NORTE 2020.